

Simone Pavanello Muniz



# LEGISLAÇÃO

## ESCREVENTE JUDICIÁRIO

# MÓDULO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

# 4

SISTEMATIZADA

acompanha

- ★ Tabelas
- ★ Resumos
- ★ Exemplos
- ★ Esquemas
- ★ Remissões
- ★ Destaques
- ★ Mnemônicos
- ★ Comentários

Atualização  
até a data da  
próxima prova

# TJ-SP

# INTERIOR



MYRA  
EDITORA



## SUMÁRIO ESQUEMÁTICO

**CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

<b>TÍTULO IV: DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II: DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO.....</b>	<b>13</b>
✦ Casos de Impedimento.....	13
✦ Casos de Suspeição .....	16
✦ Alegação Ilegítima de Suspeição .....	17
✦ Abrangência.....	17
✦ Exceção Importante .....	18
✦ Procedimento da Alegação de Impedimento ou Suspeição.....	25
✦ Impedimento Entre Juízes .....	27
✦ Extensão das Causas de Impedimento e Suspeição e Procedimento .....	28
✦ A Testemunha é Imune .....	29
<b>CAPÍTULO III: DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....</b>	<b>30</b>
<b>SEÇÃO I: DO ESCRIVÃO, DO CHEFE DE SECRETARIA E DO OFICIAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>32</b>
✦ Ofício x Oficial de Justiça.....	32
✦ Incumbências do Escrivão ou Chefe de Secretaria.....	32
✦ Incumbências do Oficial de Justiça .....	35
✦ Responsabilidade Civil e Regressiva .....	35
<b>LIVRO IV: DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>TÍTULO I: DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO I: DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>SEÇÃO I: DOS ATOS EM GERAL.....</b>	<b>37</b>
✦ Princípio da Instrumentalidade das Formas.....	37
✦ Publicidade dos Atos Processuais .....	37
✦ Consulta aos Autos Processuais.....	37
✦ Negócio Jurídico Processual .....	39
✦ Calendário Processual .....	40
✦ Obrigatoriedade do Uso da Língua Portuguesa.....	41
<b>SEÇÃO II: DA PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>41</b>
✦ Atos Processuais Digitais .....	41
✦ Sistemas de Automação Processual.....	42
✦ Registro de Ato Processual Eletrônico .....	42
✦ Regulamentação da Prática e Comunicação Oficial dos Atos Processuais .....	42
✦ Divulgação em Página Própria .....	43
✦ Disponibilização de Equipamentos Necessários.....	44
<b>SEÇÃO III: DOS ATOS DAS PARTES .....</b>	<b>44</b>
✦ Atos das Partes e Desistência da Ação .....	44
✦ Direito da Parte de Exigir Recibos.....	46
✦ Vedação ao Lançamento de Cotas Marginais ou Interlineares.....	46
<b>SEÇÃO IV: DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ.....</b>	<b>46</b>



✦ Os Pronunciamentos do Juiz .....	46
✦ Sobre a Sentença .....	47
✦ Sobre a Decisão Interlocutória .....	47
✦ Sobre os Despachos .....	47
✦ Sobre o Acórdão .....	47
✦ Sobre a Assinatura e Publicação .....	47
<b>SEÇÃO V : DOS ATOS DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA .....</b>	<b>49</b>
✦ Autuação da Petição Inicial .....	49
✦ Numeração e Rubrica das Folhas dos Autos.....	49
✦ Assinatura dos Atos e Termos do Processo .....	49
✦ Práticas Inadmitidas nos Atos e Termos Processuais.....	49
<b>CAPÍTULO II: DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>SEÇÃO I: DO TEMPO.....</b>	<b>50</b>
✦ Quando os Atos Processuais Serão Realizados? .....	50
✦ Prática Eletrônica de Ato Processual.....	53
✦ Férias Forenses e Feriados.....	54
✦ Processos com Curso Normal Durante as Férias Forenses .....	55
✦ Conceito de Feriado para Efeito Forense .....	56
<b>SEÇÃO II: DO LUGAR .....</b>	<b>56</b>
✦ Onde os Atos Processuais Serão Praticados "Regra e Exceção" .....	56
<b>CAPÍTULO III: DOS PRAZOS .....</b>	<b>58</b>
<b>SEÇÃO I: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>58</b>
✦ Prazos "Regras Gerais" .....	58
✦ Como os Prazos São Contados .....	58
✦ Recesso Forense.....	58
✦ Suspensão do Prazo .....	59
✦ Prorrogação dos Prazos .....	60
✦ Dias do Começo e do Vencimento .....	61
✦ Renúncia ao Prazo "Regra e Exceção" .....	62
✦ Prazos do Juiz.....	62
✦ Prazos do Serventuário .....	63
✦ Prazos dos Litisconsortes.....	64
✦ Dia do Começo do Prazo .....	64
✦ Comunicação por Carta .....	66
<b>SEÇÃO II: DA VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E DAS PENALIDADES.....</b>	<b>67</b>
✦ Serventuário Excedeu os Prazos .....	67
✦ Restituição dos Autos "Dever e Consequências" .....	67
✦ Juiz ou Relator Excedeu os Prazos.....	67
<b>TÍTULO II: DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>69</b>
✦ Ordem Judicial .....	69
✦ Expedição de Cartas .....	69
<b>CAPÍTULO II: DA CITAÇÃO.....</b>	<b>70</b>
✦ Definição e Prazo para Efetivação.....	70



✦ Validade do Processo "Regra e Exceção" .....	71
✦ Alegação de Nulidade Rejeitada .....	71
✦ Efeitos da Citação Válida .....	71
✦ Citação para Comunicar o Resultado do Julgamento .....	73
✦ Em Que Lugar Poderá ser Feita .....	73
✦ Quando a Citação Não Será Feita .....	74
✦ Meio Eletrônico é a Forma Preferencial .....	75
✦ Cadastro Obrigatório nos Sistemas de Processo em Autos Eletrônicos .....	76
✦ Importância da Confirmação .....	76
✦ Citação por Meio Eletrônico ou Pelo Correio .....	79
✦ Citação pelo Correio Deferida .....	79
✦ Citação em Condomínios Edifícios .....	80
✦ Citação por Meio de Oficial de Justiça .....	80
✦ Citação por Edital .....	84
<b>CAPÍTULO III: DAS CARTAS .....</b>	<b>86</b>
✦ Requisitos das Cartas .....	86
✦ Juiz Fixará Prazo para Cumprimento .....	87
✦ Caráter Itinerante .....	87
✦ O Meio Eletrônico é a Forma Preferencial .....	87
✦ Carta de Ordem e Precatória "Resumo Substancial" .....	88
✦ Transmissão por Telefone .....	88
✦ Depósito da Importância Correspondente às Despesas .....	88
✦ Quando o Juiz Recusará Cumprimento? .....	88
✦ Prazo para Devolver a Carta Cumprida .....	89
<b>CAPÍTULO IV: DAS INTIMAÇÕES .....</b>	<b>91</b>
✦ Definição .....	91
✦ Advogado Intima o Outro Advogado .....	91
✦ Intimação dos Entes Federativos .....	92
✦ O Meio Eletrônico é Preferencial .....	92
✦ Juiz Determinará as Intimações de Ofício .....	92
✦ E Quando Não Forem Realizadas por Meio Eletrônico? .....	92
✦ Intimação em Nome da Sociedade à qual o Advogado Pertence .....	92
✦ Publicidade e Pena de Nulidade .....	92
✦ Intimação Automática .....	93
✦ Preposto e o Credenciamento Necessário .....	93
✦ Capítulo Preliminar da Nulidade da Intimação .....	93
✦ Outras Formas de Intimação .....	93
<b>LIVRO V: DA TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>97</b>
<b>TÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>97</b>
✦ Características Principais .....	97
✦ Espécies de Tutela Provisória .....	100
✦ Precariedade / Temporalidade das Tutelas Provisórias .....	102
✦ Efetivação das Tutelas Provisórias .....	102
✦ Decisão Devidamente Motivada .....	102
✦ Juízo Competente .....	103



<b>TÍTULO II: DA TUTELA DE URGÊNCIA .....</b>	<b>105</b>
<b>CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>105</b>
✦ Requisitos da Tutela de Urgência.....	105
✦ Contracautela: Caução para Ressarcir os Danos.....	105
✦ Formas de Concessão da Tutela de Urgência .....	106
✦ Requisito Exclusivo para Conceder Tutela de Urgência Antecipada .....	108
✦ Efetivação da Tutela de Urgência Cautelar .....	109
✦ Responsabilidade Objetiva do Autor .....	109
<b>CAPÍTULO II: DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....</b>	<b>110</b>
✦ Definição .....	110
✦ Petição Inicial: Tutela Antecipada Antecedente .....	112
✦ Tutela Antecipada Antecedente Concedida .....	112
✦ Tutela Antecipada Antecedente Indeferida.....	116
✦ Tutela Antecipada Antecedente Estabilizada .....	117
✦ Ação de Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Antecipada Antecedente Estabilizada .....	118
<b>CAPÍTULO III: DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....</b>	<b>124</b>
✦ O que é Tutela de Urgência Cautelar?.....	124
✦ Petição Inicial: Tutela Cautelar Antecedente.....	125
✦ Fungibilidade entre as Tutelas de Urgência.....	126
✦ Contestação do Réu .....	126
✦ Revelia.....	126
✦ Tutela Cautelar Antecedente Efetivada.....	127
✦ Tutela Cautelar Antecedente Incidental.....	128
✦ Aditamento da Causa de Pedir .....	128
✦ Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	129
✦ Cessaçãõ da Eficácia da Tutela Cautelar Antecedente .....	130
<b>TÍTULO III: DA TUTELA DA EVIDÊNCIA.....</b>	<b>135</b>
✦ Qual é a lógica da tutela da evidência?.....	135
<b>LIVRO I: DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ..</b>	<b>142</b>
<b>TÍTULO I: DO PROCEDIMENTO COMUM.....</b>	<b>142</b>
<b>CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>142</b>
✦ Regra, Exceção e Abrangência .....	142
<b>CAPÍTULO II: DA PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>142</b>
<b>SEÇÃO I: DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>142</b>
<b>SEÇÃO II: DO PEDIDO .....</b>	<b>144</b>
✦ Pedido Certo e Implícito.....	144
✦ Pedido Determinado "Regra e Exceção" .....	144
✦ Pedido Alternativo .....	144
✦ Pedido Subsidiário .....	144
✦ Pedido Cumulado.....	145
✦ Pluralidade de Credores .....	145



✦ Alteração do Pedido ou da Causa de Pedir .....	145
<b>SEÇÃO III: DO INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>148</b>
✦ Quando Será Indeferida .....	148
✦ Quando Será Inepta .....	148
✦ Recurso.....	149
<b>CAPÍTULO III: DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO .....</b>	<b>151</b>
✦ Requisitos .....	151
✦ Recurso e Juízo de Retratação .....	151
<b>CAPÍTULO IV: DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA.....</b>	<b>154</b>
<b>CAPÍTULO V: DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....</b>	<b>154</b>
✦ Designação .....	154
✦ Quando Não Será Realizada .....	154
✦ Meio Eletrônico .....	155
✦ Consequências do Não Comparecimento .....	155
✦ Advogado e Representante .....	155
✦ Homologação da Autocomposição .....	155
✦ Pauta das Audiências .....	155
<b>CAPÍTULO VI: DA CONTESTAÇÃO .....</b>	<b>157</b>
✦ Prazo e Termo Inicial .....	157
✦ Litisconsórcio Passivo.....	158
✦ Princípio da Eventualidade.....	158
✦ Preliminares de Contestação .....	159
✦ Substituição do Polo Passivo da Demanda.....	162
✦ Contestação que Alega Incompetência Relativa ou Absoluta .....	163
✦ Ônus da Impugnação Especificada dos Fatos .....	164
✦ Dedução de Novas Alegações.....	165
<b>CAPÍTULO VII: DA RECONVENÇÃO .....</b>	<b>165</b>
✦ Definição .....	165
✦ Propositura .....	165
<b>CAPÍTULO VIII: DA REVELIA.....</b>	<b>167</b>
<b>CAPÍTULO IX: DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO .....</b>	<b>169</b>
SEÇÃO I: DA NÃO INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA REVELIA.....	169
SEÇÃO II: DO FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR .....	169
SEÇÃO III: DAS ALEGAÇÕES DO RÉU .....	169
<b>CAPÍTULO X: DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....</b>	<b>170</b>
SEÇÃO I: DA EXTINÇÃO DO PROCESSO .....	170
SEÇÃO II: DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	170
SEÇÃO III: DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	171
SEÇÃO IV: DO SANEAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	172
<b>CAPÍTULO XI: DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>174</b>



## LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

<b>CAPÍTULO II: DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....</b>	<b>293</b>
<b>SEÇÃO I: DA COMPETÊNCIA.....</b>	<b>293</b>
✦ Competência "Regras e Exceções" .....	293
✦ Foro Competente .....	296
<b>SEÇÃO II: DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS.....</b>	<b>297</b>
✦ Conciliadores e Juízes Leigos no JEC .....	297
<b>SEÇÃO III: DAS PARTES .....</b>	<b>298</b>
✦ Quem Não Pode ser Parte .....	298
✦ Quem Pode ser Parte .....	298
✦ Assistência de Advogado.....	299
<b>SEÇÃO IV: DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>301</b>
✦ Publicidade e Realização .....	301
✦ Contagem do Prazo .....	301
✦ Princípio da Instrumentalidade das Formas.....	301
<b>SEÇÃO V: DO PEDIDO .....</b>	<b>303</b>
✦ Instauração .....	303
✦ Sessão de Conciliação .....	305
<b>SEÇÃO VI: DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....</b>	<b>306</b>
✦ Como a Citação Será Feita .....	306

## LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

✦ Formação.....	309
✦ Competência "Regras e Exceções" .....	309
✦ Providências Cautelares e Antecipatórias .....	311
✦ Recurso.....	311
✦ Quem Pode Ser Parte .....	311
✦ Regras Processuais.....	311
✦ Cumprimento do Acordo ou da Sentença .....	313
✦ Obrigação de Pagar Quantia Certa.....	313
✦ Instalação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....	315
✦ Conciliadores e Juízes Leigos no JEFAZ.....	315
✦ Audiência de Conciliação .....	316
✦ Turmas Recursais .....	317
✦ Pedido de Uniformização .....	317
✦ Instalação .....	319
✦ Limitação .....	320
✦ Suporte Administrativo .....	320
✦ Abrangência.....	320
✦ Aplicação Subsidiária .....	320

## CÓDIGO de PROCESSO CIVIL

artigo 144

artigo 145


**IMPEDIMENTO DO JUIZ**  
**CRITÉRIO OBJETIVO**

**SUSPEIÇÃO DO JUIZ**  
**CRITÉRIO SUBJETIVO**

## HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO




## HIPÓTESES DE SUSPEIÇÃO

**QUANDO ESTIVER POSTULANDO NO PROCESSO (III):**

**D**EFENSOR PÚBLICO  
**A**DVOGADO  
**M**EMBRO DO MP



QUE SEJA SEU:

- a) **C**ÔNJUGE  
 b) **C**OMPANHEIRO  
 c) QUALQUER PARENTE:  
 Consanguíneo ou afim  
 Em linha reta ou colateral  
 **ATÉ** o **3º GRAU**, inclusive

**DIZ O § 1º**

Nesse caso, o impedimento só se verifica quando **DAM** já integrava o processo **ANTES** do início da atividade judicante do juiz.

**SE FOR DEPOIS O IMPEDIMENTO RECAIRÁ SOBRE DAM.**

**DIZ O § 3º**

Também se verifica no caso de mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição nele prevista,



**MESMO QUE NÃO INTERVENHA DIRETAMENTE NO PROCESSO.**

**JUIZ (II):**

a) **RECEBE PRESENTES**

 De pessoas que **TIVEREM INTERESSE** na causa **ANTES** ou **DEPOIS** de iniciado o processo.



b) **ACONSELHA**

 Alguma das partes **ACERCA DO OBJETO DA CAUSA.**



c) **SUBMINISTRA**

 Meios para **ATENDER ÀS DESPESAS DO LITÍGIO.**



MYRA  
EDITORA

MYRA  
EDITORA





§ 3º Enquanto não for declarado o efeito em que é recebido o incidente ou quando este for recebido **COM** efeito **SUSPENSIVO**, a tutela de **URGÊNCIA** será requerida ao **substituto legal**.

**Esquematizando:**

EFEITOS DO INCIDENTE	
SEM EFEITO SUSPENSIVO	COM EFEITO SUSPENSIVO
Quem declara o efeito é o <b>RELATOR</b> .	Quem declara o efeito é o <b>RELATOR</b> .
<b>SEM EFEITO SUSPENSIVO:</b>	<b>COM EFEITO SUSPENSIVO:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✦ Processo <b>voltará</b> a correr.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✦ Processo <b>suspense</b> até o julgamento;</li> <li>✦ Tutela de <b>urgência</b> será requerida ao <b>substituto legal</b>.</li> </ul>
<b>SE O EFEITO NÃO FOR DECLARADO A TUTELA DE URGÊNCIA SERÁ REQUERIDA AO SUBSTITUTO LEGAL.</b>	

§ 4º Verificando que a alegação de impedimento ou de suspeição é **improcedente**, o **tribunal REJEITÁ-LA-Á**.

Se o tribunal verificar que a alegação é improcedente, rejeitará. Nesse caso, o processo seguirá normalmente no juízo de origem. No entanto, pode ser que o tribunal acolha a alegação; para essa hipótese, vejamos o § 5º a seguir...

§ 5º **ACOLHIDA** a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o **tribunal** condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu **substituto legal**, **PODENDO** o juiz **RECORRER** da decisão.

**ATENÇÃO!**

Veja que o magistrado possui legitimidade recursal para recorrer do incidente que acolher seu impedimento ou manifesta suspeição.

§ 6º Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o **tribunal** fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado.

§ 7º O **tribunal** decretará a **NULIDADE** dos atos do juiz, se praticados quando **JÁ PRESENTE** o motivo de impedimento ou de suspeição.

Vejamos, a seguir, tabela contendo resumo acerca do que dispõe o art. 146 e seus parágrafos:

IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO DO JUIZ	
<b>1º Ato</b>	<p>→ PARTE</p> <p><b>DEVERÁ ALEGAR O IMPEDIMENTO OU A SUSPEIÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✦ Em petição <b>ESPECÍFICA</b>;</li> <li>✦ No prazo de <b>15 DIAS</b>;</li> <li>✦ O prazo começa a contar do <b>conhecimento</b> do fato.</li> </ul> <p><b>NA PETIÇÃO ESPECÍFICA, A PARTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✦ Indicará o fundamento da recusa;</li> <li>✦ Poderá apresentar documentos e rol de testemunhas.</li> </ul>





## Incumbências do Oficial de Justiça

### Art. 154. **INCUMBE** ao **OFICIAL DE JUSTIÇA**:

I - **FAZER PESSOALMENTE** citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que **possível** na presença de **2 TESTEMUNHAS**, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora;

#### **ATENÇÃO!**

O oficial de justiça faz citações "pessoalmente". O escrivão ou chefe de secretaria realiza citações e intimações.

II - **EXECUTAR** as ordens do juiz a que estiver subordinado;

III - **ENTREGAR** o mandado em cartório após seu cumprimento;

IV - **AUXILIAR** o juiz na manutenção da ordem;

V - **EFETUAR** avaliações, quando for o caso;

VI - **CERTIFICAR**, em **MANDADO**, proposta de **AUTOCOMPOSIÇÃO** apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.

**Parágrafo único.** Certificada a proposta de autocomposição prevista no inciso VI, o juiz ordenará a **INTIMAÇÃO** da parte contrária para manifestar-se, no prazo de **5 DIAS**, **SEM PREJUÍZO** do andamento regular do processo, entendendo-se o **SILÊNCIO** como **RECUSA**.

## Responsabilidade Civil e Regressiva

**Art. 155.** O **ESCRIVÃO**, o **CHEFE DE SECRETARIA** e o **OFICIAL DE JUSTIÇA** são responsáveis, **CIVIL** e **REGRESSIVAMENTE**, quando:

I - Sem justo motivo, se recusarem a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que estão subordinados;

II - Praticarem ato nulo com **dolo** OU **culpa**.

Basicamente, as questões tentam confundir os deveres do escrivão com os do oficial de justiça.

Veja a questão a seguir da banca Vunesp:

#### **Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP) 2015**

*Incumbe ao escrivão*

A) dar certidão de qualquer ato ou termo do processo, desde que determinado por despacho exarado por juiz competente.

B) fazer pessoalmente as penhoras e arrestos.

C) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.

D) efetuar avaliações e executar as ordens do juiz a que estiver subordinado.

E) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.

**GABARITO "E"**

#### **Esquematizando a coisa toda:**





## Calendário Processual

**Art. 191.** De **COMUM ACORDO**, o juiz e as partes **PODEM** fixar **CALENDÁRIO** para a prática dos atos processuais, **quando for o caso**.

§ 1º O calendário **VINCULA** as **partes** E o **juiz**, e os prazos nele previstos **SOMENTE** serão modificados em casos **EXCEPCIONAIS**, devidamente justificados.

§ 2º **DISPENSA-SE** a **INTIMAÇÃO** das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

Vejamos um exemplo de como a FGV cobrou a literalidade do art. 191 em prova, de forma bem inteligente:

### Oficial do Ministério Público (MPE RJ) 2019

*Em ação popular proposta pelo Ministério Público, foi estabelecido calendário processual entre o juiz e as partes. No decorrer da ação, o cartório deixou de intimar pessoalmente o representante do Ministério Público para cumprir um dos prazos processuais estabelecidos no calendário, tendo sido certificada a ausência de sua manifestação. Diante disso, o representante do Ministério Público requereu genericamente a devolução do prazo.*

*Nessa hipótese, deverá o juiz:*

- anular o calendário processual, em razão do prejuízo a uma das partes;*
- deferir a devolução do prazo, diante da ausência de intimação específica;*
- alterar as regras do calendário para permitir que o representante do Ministério Público se manifeste nos autos de forma tempestiva;*
- indeferir a devolução do prazo, pois é dispensada a intimação das partes para a prática de atos processuais e audiências previstos no calendário processual;*
- deferir a devolução do prazo, pois, em se tratando de calendário processual, as partes devem ser intimadas eletronicamente para os atos processuais e audiências.*

**GABARITO ALTERNATIVA "D"**

Em que pese se tratar de questão FGV, o examinador da Vunesp pode muito bem explorar de maneira semelhante.

### Memorize:

# CALENDÁRIO

## PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS

JUIZ

+

PARTES

DEVEM CONCORDAR

O CALENDÁRIO

**VINCULA** as partes e o juiz;

Prazos modificados **SOMENTE** em casos excepcionais;

Datas designadas **DISPENSA** a *intimação*.



Percebeu a razão pela qual não podemos considerar dia útil o período compreendido entre segunda a sexta? Ora, pode ser que em uma quarta-feira (um dia útil, na maioria dos casos), por exemplo, não haja expediente forense devido a uma chuva forte que impossibilite o funcionamento do fórum. Se isso acontecer, essa quarta-feira será considerada feriado nos termos do art. 216. É estranho, mas é o que está na lei! 😊

🤔 **E se o ato a ser praticado for eletrônico? Essa ideia de feriado será levada em consideração?**

Veja o que nos ensina o professor Nelson Nery Jr<sup>3</sup>:

*É possível a prorrogação caso seu término se dê em um sábado, considerado dia não útil pela nova sistemática processual para efeitos forenses (art. 216, CPC). A contagem do prazo, para tais atos, deve obedecer aos mesmos critérios que o prazo para os atos não eletrônicos. Portanto, seu cálculo também deve levar em consideração as férias e dias feriados, contando-se somente os dias úteis.*

Perceba que o art. 216 não traz exceção em relação a atos eletrônicos. Por isso, e em conformidade com o que nos ensinou o professor Nelson Nery Jr, os atos eletrônicos devem observar os dias que são considerados feriados para efeito forense.

Veja como a Consuplan cobrou esse entendimento em uma alternativa errada<sup>4</sup>:

*Os atos processuais pela via eletrônica podem ser praticados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo, ~~não sendo este~~ passível de prorrogação caso seu término se dê em um sábado, considerado dia útil pela nova sistemática processual para efeitos forenses.*

Por mais que o exemplo acima tenha sido extraído de uma questão da Consuplan, cai como uma luva para o edital de escrevente do TJSP!

§ 1º Serão concluídos **APÓS** as **20 HORAS** os atos iniciados **ANTES**, quando o adiamento **prejudicar a diligência ou** causar **grave dano**.

§ 2º **INDEPENDENTEMENTE** de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras **PODERÃO** realizar-se no período de **férias forenses**, onde as houver, e nos **feriados** ou dias **ÚTEIS fora** do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

O disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, trata do direito à inviolabilidade domiciliar:

*Art. 5º, XI - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;*

Perceba que, em regra, o horário para a prática de atos processuais será das 06h às 20h. No entanto, poderá ser praticado fora desses horários:

🕒 Os atos iniciados antes, cujo adiamento puder prejudicar a diligência ou causar grave dano; e

🕒 As citações, intimações e penhoras (não é qualquer ato!), independente de autorização do juiz, devendo respeitar a regra de inviolabilidade de domicílio.

### **Esquematizando:**

3 Comentários ao CPC: Nelson Nery Jr e Rosa Maria Nery, RT, 2015.

4 Técnico Judiciário (TRF 2ª Região) 2017





E) os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.

✓ **GABARITO "E".**

Veja que as alternativas incorretas são bem atrativas; por isso, é importante memorizar as exceções.

Além das exceções relativas aos processos que correm normalmente durante as **férias forenses**, existem certos atos que também podem ser praticados durante esse período. Na tabela abaixo, sintetizei tudo para facilitar a memorização de todas essas exceções:

### TUDO O QUE PODE NAS "FÉRIAS FORENSES"

PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS	
▶	<b>PENHORAS</b> ( <i>não precisa</i> de autorização judicial)
▶	<b>INTIMAÇÕES</b> ( <i>não precisa</i> de autorização judicial)
▶	<b>CITAÇÕES</b> ( <i>não precisa</i> de autorização judicial)
▶	<b>TUTELA</b> de <b>URGÊNCIA</b>
PROCESSOS COM CURSO NORMAL	
▶	Procedimentos de <i>jurisdição</i> <b>VOLUNTÁRIA</b> .
▶	Procedimentos <i>necessários</i> à <b>CONSERVAÇÃO DE DIREITOS</b> . ✦ quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.
▶	Ação de <b>ALIMENTOS</b> .
▶	Processos de <b>NOMEAÇÃO</b> ou <b>REMOÇÃO</b> de <b>TUTOR</b> e <b>CURADOR</b> .
▶	Processos que a <b>LEI</b> determinar.



#### Conceito de Feriado para Efeito Forense

**Art. 216.** Além dos declarados em lei, são **feriados**, para **efeito forense**, os **sábados**, os **domingos** e os dias em que **não haja** expediente forense.

Já estudamos o art. 216 em conjunto com o art. 212.

### Seção II: Do Lugar

#### Onde os Atos Processuais Serão Praticados "Regra e Exceção"

**Art. 217.** Os **ATOS PROCESSUAIS** realizar-se-ão **ORDINARIAMENTE** na **SEDE DO JUÍZO**, ou, **EXCEPCIONALMENTE**, em outro lugar em **RAZÃO** de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.

Em regra, os atos processuais serão praticados na sede do juízo perante o qual tramita o processo. Contudo, o art. 217 nos traz algumas exceções. Excepcionalmente, serão praticados em outro lugar em razão de:

**1. Deferência:** autoridades que devam ser intimadas no local onde exerçam suas funções. Como exemplo, podemos citar o Presidente da República (art. 454).

**CASOS EM QUE A CITAÇÃO NÃO É FEITA****1ª SITUAÇÃO**

A CITAÇÃO **NÃO SERÁ FEITA** SE O CITANDO ESTIVER

**1º** PARTICIPANDO DE CULTO **RELIGIOSO**.

**2º** DE **LUTO**.

CITANDO É:

- ✦ Cônjuge ou companheiro;
- ✦ Parente, **consanguíneo** ou **afim**, em linha **reta** ou **colateral** em **2º GRAU**.

POR QUANTO TEMPO:

No **DIA** do falecimento e nos **7 DIAS SEGUINTE**S.

**3º** **CASANDO-SE**.

POR QUANTO TEMPO:

Nos **3 PRIMEIROS** dias **SEGUINTE**S ao casamento.

**4º** **DOENTE**.

OBSERVAÇÃO:

- ✦ Enquanto **GRAVE** o seu estado;
- ✦ **NÃO** se exige **LAUDO** médico comprovando.

EM QUAISQUER DESSES 4 CASOS:

A citação será feita se for para **EVITAR** o **PERECIMENTO** do direito.

**2ª SITUAÇÃO**

A CITAÇÃO **NÃO SERÁ FEITA** SE O CITANDO

- For **MENTALMENTE INCAPAZ**; ou
- Estiver **IMPOSSIBILITADO** de recebê-la.

NESSE CASO:

- ✦ O **OFICIAL DE JUSTIÇA** certificará a ocorrência;
- ✦ Juiz nomeará **MÉDICO** que **APRESENTARÁ LAUDO** em **5 DIAS**;
- ✦ Se a família apresentar declaração de médico, juiz não precisará nomear.

RECONHECIDA A IMPOSSIBILIDADE:

- ✦ Juiz nomeará **CURADOR**;
- ✦ A nomeação de curador será **RESTRITA** à causa;
- ✦ A **CITAÇÃO** será feita na pessoa do **CURADOR**.

**Meio Eletrônico é a Forma Preferencial**

**Art. 246.** A citação será feita **PREFERENCIALMENTE** por **MEIO ELETRÔNICO**, no prazo de **ATÉ 2 DIAS ÚTEIS**, **contado da decisão que a determinar**, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme **regulamento** do **Conselho Nacional de Justiça**.

**ATENÇÃO!**

Estamos diante de uma novidade trazida pela Lei 14.195/21.



**Art. 253.** No dia e na hora designados, o **OFICIAL DE JUSTIÇA, INDEPENDENTEMENTE** de **novo despacho**, comparecerá ao **domicílio** ou à **residência** do citando a fim de realizar a diligência.

§ 1º Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, **AINDA QUE** o citando se tenha **OCULTADO** em outra comarca, seção ou subseção judiciárias.

§ 2º A citação com **HORA CERTA** será efetivada **MESMO QUE** a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado.

§ 3º Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará **CONTRAFÉ**<sup>7</sup> com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o **NOME**.

§ 4º O oficial de justiça fará constar do mandado a advertência de que será nomeado **CURADOR ESPECIAL SE** houver **REVELIA**.

Se for necessário, a intimação poderá ser efetuada com hora certa. É o que estabelece o art. 275, § 2º:

**Art. 275.** A intimação será feita por oficial de justiça quando frustrada a realização por meio eletrônico ou pelo correio.

§ 2º Caso necessário, a intimação poderá ser efetuada com hora certa ou por edital.

**Art. 254.** Feita a citação com **HORA CERTA**, o **ESCRIVÃO** ou **CHEFE** de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de **10 DIAS**, **contado da data da juntada** do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

 **Vejamos tabela contendo resumo sobre a citação com hora certa:**

### CITAÇÃO COM HORA CERTA



#### REQUISITO OBJETIVO

✦ O oficial de justiça **PROCURARÁ** o citando em seu domicílio ou residência por **2 VEZES** sem o encontrar.

#### REQUISITO SUBJETIVO

✦ Deverá haver **SUSPEITA DE OCULTAÇÃO**.

#### PRESENTES OS REQUISITOS

#### O OFICIAL DE JUSTIÇA **INTIMARÁ**:

- ✦ Pessoa da família; ou
- ✦ Vizinho, na falta de familiares;
- ✦ No **DIA ÚTIL IMEDIATO**, voltará a fim de efetuar a citação na **HORA** que designar;

#### OBSERVAÇÃO:

- ✦ A citação **SERÁ EFETIVADA** mesmo que o familiar ou vizinho **INTIMADO** esteja **AUSENTE**, ou se **RECUSAR** a receber.
- ✦ Essa nova diligência **INDEPENDE** de novo despacho.

7 Cópia.



§ 3º O réu será considerado em local **ignorado** ou **incerto** se **infrutíferas as tentativas de sua localização**, **INCLUSIVE** mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

### Requisitos

#### **Art. 257. SÃO REQUISITOS DA CITAÇÃO POR EDITAL:**

I - A **afirmação do autor** **OU** a **certidão do oficial** informando a presença das circunstâncias autorizadoras;

II - A **publicação** do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do **Conselho Nacional de Justiça**, que deve ser certificada nos autos;

III - A **determinação**, pelo juiz, do prazo, que variará **ENTRE 20** e **60 DIAS**, **fluindo da data da publicação** única ou, havendo mais de uma, da primeira;

IV - A advertência de que será nomeado **CURADOR ESPECIAL** em caso de **REVELIA**.

**Parágrafo único.** O juiz **PODERÁ** determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias.

### Não Pode Requerer À Toa!

**Art. 258.** A parte que requerer a citação por edital, alegando **DOLOSAMENTE** a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em **MULTA** de **5 VEZES** o **SALÁRIO-MÍNIMO**.

**Parágrafo único.** A multa reverterá em **BENEFÍCIO** do **CITANDO**.

### Publicação de Editais

#### **Art. 259. SERÃO PUBLICADOS EDITAIS:**

I - Na ação de **usucapião** de imóvel;

II - Na ação de **recuperação** ou **substituição** de título ao portador;

III - Em qualquer ação em que seja **necessária**, por determinação legal, a provocação, para participação no processo, de interessados **incertos** ou **desconhecidos**.

### Sintetizando:

#### **CITAÇÃO POR EDITAL**



##### SERÁ FEITA QUANDO O CITANDO

- ✦ For **DESCONHECIDO** ou **INCERTO**;
- ✦ Encontrar-se em lugar **IGNORADO**, **INCERTO** ou **INACESSÍVEL**.

##### LUGAR INACESSÍVEL

- ✦ País que **RECUSA** o cumprimento de carta **ROGATÓRIA**.

##### OBSERVAÇÃO:

- ✦ nesse caso, a notícia da citação será divulgada também por rádio, **SE** na comarca **HOUVER** emissora de radiodifusão.







### Intimação Automática

§ 6º A **RETIRADA** dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo advogado, por pessoa credenciada a pedido do advogado ou da sociedade de advogados, pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público **IMPLICARÁ INTIMAÇÃO** de qualquer decisão contida no processo retirado, **AINDA QUE** pendente de publicação.

### Preposto e o Credenciamento Necessário

§ 7º O advogado e a sociedade de advogados deverão requerer o respectivo credenciamento para a retirada de autos por preposto.

### Capítulo Preliminar da Nulidade da Intimação

§ 8º A parte arguirá a **NULIDADE** da intimação em capítulo preliminar do **PRÓPRIO ATO** que lhe caiba praticar, o qual **SERÁ** tido por tempestivo **SE** o vício for reconhecido.

Para compreender o que dispõe o § 8º, vejamos o exemplo a seguir:

No decorrer de um processo, o juiz determinou que a parte apresentasse rol de testemunhas em 10 dias. Para tanto, ordenou que ela fosse intimada. A parte só toma conhecimento da intimação no 15º dia; o prazo se perdeu, pois o seu nome havia sido grafado incorretamente, fazendo com que ela não recebesse a referida intimação. Diante do exposto, quando tomou conhecimento do fato, a parte deverá apresentar petição contendo o rol de testemunhas, arguindo, nesta mesma petição, a nulidade da intimação.

Perceba que a parte não poderá primeiro arguir a nulidade para depois solicitar novo prazo. Ela deverá apresentar a petição do ato a ser praticado (rol de testemunha) em conjunto com a arguição da nulidade (nome grafado incorreto). No entanto, poderá solicitar novo prazo caso haja necessidade de acessar os autos do processo antes de praticar o ato. Como exemplo, podemos citar a necessidade de análise prévia de algum documento presente nos autos do processo. É o que dispõe o § 9º a seguir.

§ 9º Não sendo possível a prática imediata do ato diante da necessidade de **ACESSO PRÉVIO** aos autos, a parte **LIMITAR-SE-Á** a arguir a **NULIDADE DA INTIMAÇÃO**, caso em que o prazo será **CONTADO** da **INTIMAÇÃO** da decisão que a reconheça.

Importante ler o art. 276:

|| **Art. 276.** Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

### Outras Formas de Intimação

**Art. 273.** Se **INVIÁVEL** a intimação por meio **ELETRÔNICO** e **NÃO** houver na localidade publicação em órgão oficial, incumbirá ao **ESCRIVÃO** ou **CHEFE** de secretaria intimar de todos os atos do processo os advogados das partes:

**I - PESSOALMENTE**, se tiverem domicílio na sede do juízo;

**II - Por CARTA REGISTRADA**, com aviso de recebimento, quando forem domiciliados fora do juízo.





## Efetivação da Tutela de Urgência Cautelar

**Art. 301.** A tutela de **urgência** de natureza **cautelar** **PODE** ser **efetivada** mediante:

- ✦ Arresto;
- ✦ Sequestro;
- ✦ Arrolamento de bens;
- ✦ Registro de protesto contra alienação de bem; e
- ✦ Qualquer outra medida idônea para asseguarção do direito.

Esse dispositivo evidencia que a tutela provisória de urgência de natureza cautelar é conservativa dos elementos do processo, uma vez que objetiva assegurar a futura execução da sentença por meio de alguma das medidas acima elencadas.

## Responsabilidade Objetiva do Autor

**Art. 302. INDEPENDENTEMENTE** da reparação por dano processual, a parte **responde** pelo **prejuízo** que a **efetivação** da tutela de **urgência** causar à parte adversa, **SE**:

- I - A sentença lhe for **desfavorável**;
- II - Obtida **liminarmente** a tutela em caráter **antecedente**, não fornecer os meios necessários para a **citação** do requerido no prazo de **5 DIAS**;
- III - Ocorrer a **cessação da eficácia** da medida em qualquer hipótese legal;

Exemplos de **cessação da eficácia** encontramos no art. 309, o qual se encontra inserido no capítulo que trata do procedimento da tutela cautelar antecedente:

**Art. 309. Cessa a eficácia** da tutela concedida em caráter antecedente, se:

- I - O autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;
- II - Não for efetivada dentro de 30 dias;
- III - O juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.

IV - O juiz **ACOLHER** a alegação de **decadência** ou **prescrição** da pretensão do autor.

Interessante destacar que, se o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição, a decisão será com resolução de mérito. É o que nos diz o art. 487, II:

**Art. 487. Haverá resolução de mérito** quando o juiz:

- II - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de **decadência** ou **prescrição**;

**Parágrafo único.** A **indenização** será liquidada nos **autos** em que a medida tiver sido **concedida**, **sempre que possível**.

O art. 302 atribui responsabilidade objetiva ao autor pelos danos que ocasionar à parte contrária, seja em caso de tutela cautelar como em caso de tutela antecipada. Se houver indenização, esta será liquidada nos autos em que a tutela de urgência tiver sido concedida, sempre que possível (não é uma obrigatoriedade!).

Importante frisar que, diante desse dever de reparar o dano, o fator “culpa” é irrelevante.





## Pedido Cumulado

**Art. 327.** É **LÍCITA** a **CUMULAÇÃO**, em um único processo, contra o **MESMO RÉU**, de vários pedidos, **AINDA QUE** entre eles **NÃO HAJA CONEXÃO**.

### ⚠ ATENÇÃO!

No Juizado Especial Cível é necessário que haja conexão entre os pedidos cumulados. É o que dispõe o art. 15 da lei nº 9.099/95:

*Art. 15. Os pedidos mencionados no art. 3º desta Lei poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite fixado naquele dispositivo.*

§ 1º São **REQUISITOS** de admissibilidade da **CUMULAÇÃO** que:

- I - Os pedidos sejam **compatíveis** entre si;
- II - Seja competente para conhecer deles o **mesmo juízo**;
- III - Seja **adequado** para todos os pedidos o tipo de **procedimento**.

§ 2º Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o **procedimento comum**, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

§ 3º O inciso I do § 1º **NÃO SE APLICA** às cumulações de pedidos de que trata o art. 326.

## Pluralidade de Credores

**Art. 328.** Na obrigação **INDIVISÍVEL** com pluralidade de credores, aquele que **não participou** do processo **receberá** sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

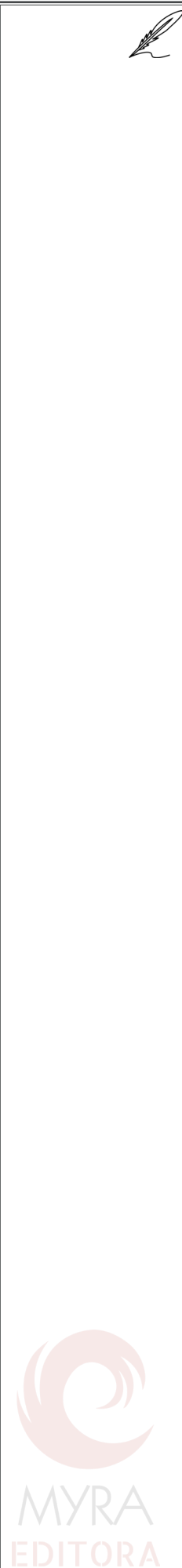
## Alteração do Pedido ou da Causa de Pedir

**Art. 329. O AUTOR PODERÁ:**

- I - **ATÉ** a **CITAÇÃO**, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, **INDEPENDENTEMENTE** de **consentimento** do réu;
- II - **Até** o **SANEAMENTO** do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, **COM consentimento** do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo **MÍNIMO** de **15 DIAS**, **FACULTADO** o requerimento de **prova suplementar**.

**Parágrafo único.** **APLICA-SE** o disposto neste artigo à **RECONVENÇÃO** E à respectiva **CAUSA DE PEDIR**.

 **Esquematizando:**





## PETIÇÃO INICIAL



## HIPÓTESES DE INDEFERIMENTO

- 1 **INEPTA**
  - ↳ Falta pedido;
  - ↳ Falta causa de pedir;
  - ↳ Pedido **indeterminado**, **SALVO** *genéricos permitidos por lei*;
  - ↳ Pedidos **incompatíveis** entre si, **SALVO** se formulados em **ordem subsidiária**;
  - ↳ Dos fatos narrados não decorre logicamente a conclusão;
  - ↳ Autor não discrimina o que pretende controverter de um contrato.
- 2 Parte **manifestamente** ilegítima.
- 3 Autor carece de interesse processual.
- 4 Advogado postulando em causa própria não informa seus dados.
- 5 Autor deixar de emendar ou completar a inicial com irregularidades no prazo de **15 DIAS**.

## RECURSO

- ✦ Autor poderá **APELAR**.

## Observação:

- ✦ Se não apelar, réu será **INTIMADO** para ter ciência do **trânsito em julgado** da sentença.

## JUÍZO DE RETRATAÇÃO

## Se houver apelação:

- ✦ Juiz **PODERÁ** se **RETRATAR**.
- ✦ Prazo de **5 DIAS**.

## Observação:

- ✦ Se não se retratar, juiz mandará **CITAR o RÉU** para responder ao recurso.
- ✦ Se o **tribunal reformar** a sentença, o prazo para a **CONTESTAÇÃO** começará a **correr da intimação do retorno** dos autos.

## AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

## Tribunal reformou a decisão?

- ✦ Será designada audiência de **conciliação** **OU** de **mediação**.

## DECISÃO



**JUIZ NÃO RESOLVERÁ O MÉRITO  
QUANDO INDEFERIR A PETIÇÃO INICIAL**





## CAPÍTULO XII: DAS PROVAS

### Seção I: Disposições Gerais

**Art. 369.** As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, **AINDA QUE** não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

**Art. 370.** Caberá ao juiz, de **ofício** ou a **requerimento** da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

**Parágrafo único.** O juiz indeferirá, em decisão **fundamentada**, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

**Art. 371.** O juiz apreciará a prova constante dos autos, **INDEPENDENTEMENTE** do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as **razões** da formação de seu **convencimento**.

**Art. 372.** O juiz **PODERÁ** admitir a utilização de prova produzida em **outro processo**, atribuindo-lhe o valor que **considerar adequado**, observado o contraditório.

#### Ônus da Prova

**Art. 373.** O **ÔNUS** da **prova INCUMBE**:

I - Ao **AUTOR**, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - Ao **RÉU**, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos **casos previstos em lei** ou diante de **peculiaridades** da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à **maior facilidade** de obtenção da prova do fato contrário, **PODERÁ** o juiz **ATRIBUIR** o ônus da prova de **MODO DIVERSO**, **DESDE QUE** o faça por decisão **fundamentada**, caso em que **DEVERÁ** dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Recurso cabível:

**Art. 1.015.** Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

**XI - Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;**

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também **PODE** ocorrer **por convenção das partes**, **SALVO** quando:

I - Recair sobre direito **indisponível** da parte;

II - Tornar **excessivamente** difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada:

✦ **ANTES** ou

✦ **DURANTE** o processo.



**CONFISSÃO****Será INEFICAZ**

- ✦ Se feita por quem **NÃO FOR CAPAZ** de **dispor do direito**.

**Será Eficaz**

- ✦ Se feita por quem **FOR CAPAZ** de **dispor do direito**.
- ✦ Se feita por representante, **SOMENTE** nos limites em que puder vincular o representado.

**É IRREVOGÁVEL****Exceção:**

- ✓ Pode ser **ANULADA** se decorrer de **erro** de **fato** OU de **coação**.

**Legitimidade**

- ✦ Exclusiva do confitente;
- ✦ Pode ser transferida a seus herdeiros se ele falecer **APÓS** a propositura.

**É INDIVISÍVEL**

A parte que quiser invocar a confissão como prova:

- ✦ Não pode aceitá-la no tópico que a beneficiar; e
- ✦ Não pode rejeitá-la no que lhe for desfavorável.

**Exceção:**

- ✓ Pode cindir-se quando o confitente a ela aduzir **FATOS NOVOS**, capazes de constituir fundamento de **defesa de direito material** OU de **reconvenção**.

**Seção VI: Da Exibição de Documento ou Coisa**

**Art. 396.** O juiz **PODE** ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder.

**Art. 397.** O **PEDIDO** formulado pela parte **CONTERÁ**:

I - A **descrição**, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa, **OU** das categorias de documentos ou de coisas buscados;

II - A **finalidade** da prova, com indicação dos fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa, **OU** com suas categorias;

III - As **circunstâncias** em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe, **AINDA QUE** a referência seja a categoria de documentos ou de coisas, e se acha em poder da parte contrária.

**⚠ ATENÇÃO!**

Em 2021, os incisos do art. 397 foram alterados pela Lei nº 14.195/21. Antes, não havia menção sobre a “categoria” do documento ou da coisa.

**Art. 398.** O requerido dará sua **resposta** nos **5 DIAS subsequentes** à sua **INTIMAÇÃO**.  
**Parágrafo único.** Se o requerido afirmar que não possui o documento ou a coisa, o juiz permitirá que o requerente prove, por **qualquer meio**, que a declaração não corresponde à verdade.

**Art. 399.** O juiz **NÃO ADMITIRÁ** a recusa **SE**:

I - O requerido tiver obrigação **legal** de exibir;

II - O requerido tiver **aludido** ao documento ou à coisa, no processo, com o intuito de constituir prova;

III - O documento, por seu conteúdo, for **comum** às partes.





## Seção VIII: Dos Documentos Eletrônicos

**Art. 439.** A utilização de **DOCUMENTOS ELETRÔNICOS** no processo convencional **DEPENDERÁ** de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.

**Art. 440.** O juiz apreciará o valor probante do documento eletrônico **não convertido**, assegurado às partes o acesso ao seu teor.

**Art. 441.** Serão admitidos documentos eletrônicos produzidos e conservados com a observância da legislação específica.

## Seção IX: Da Prova Testemunhal

### Subseção I: Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

**Art. 442.** A prova testemunhal é **SEMPRE** admissível, **NÃO** dispondo a **LEI** de **modo diverso**.

**Art. 443.** O juiz **INDEFERIRÁ** a inquirição de testemunhas sobre fatos:

I - Já **provados** por documento ou confissão da parte;

II - Que **só** por **documento** ou por **exame pericial** puderem ser provados.

**Art. 444.** Nos casos em que a **LEI** exigir prova escrita da obrigação, é **ADMISSÍVEL** a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

**Art. 445.** Também se **ADMITE** a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, de depósito necessário ou de hospedagem em hotel ou em razão das práticas comerciais do local onde contraída a obrigação.

**Art. 446.** É **LÍCITO** à parte provar com testemunhas:

I - Nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada;

II - Nos contratos em geral, os vícios de consentimento.

 **Esquemalizando:**

### ADMISSIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL

#### REGRA

##### Prova Testemunhal

 É **SEMPRE** admissível.

 A **LEI** não dispõe de modo diverso.

#### EXCEÇÃO

Juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre:

 Fato **JÁ** provado por **documento** ou **confissão**;

 Fato **SÓ** pode ser provado por **documento** ou **perícia**.





Simone Pavanello Muniz é Oficial de Promotoria do Ministério Público de São Paulo. Formada em Administração de Empresas pela FESPSP, apaixonada por Design Gráfico e pelas nuances que permeiam o campo do Direito, e contando com mais de 17 anos de experiência no mercado editorial, fundou a Myra Editora com o propósito de profissionalizar os seus cadernos, transformando-os em apostilas facilitadoras do processo de revisão.

Costumo dizer que este material é um facilitador de revisões, imprescindível para aqueles que precisam aprender assuntos complexos e que não dispõem de tempo sobrando para fazer anotações, desenhar tabelas, realizar pesquisas, fazer resumos.

Esta obra é quase um curso no papel. É o resultado de muitos estudos e pesquisas pertinentes, com foco naquilo que pode virar questão de prova; por isso, o valor que há, aqui, é imensurável.

Aproveite-o, mas sem moderação.



@myraeditora



@myraeditora



@myraconcursos

ISBN 978-650065995-5



9

786500

65995



MYRA  
EDITORA

WWW.MYRAEDITORA.COM